

Comunicado - NOVACAP/PRES/NLC

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Referência: Procedimento Licitatório Presencial nº 008/2024 - NLC/PRES

Objeto: Contratação integrada de empresa ou consórcio, com vista à elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia; compatibilização de projetos e elaboração de as built; obtenção de licenças, outorgas e aprovações; execução de obras e serviços de engenharia; montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para instalação de equipamentos e mobiliários; e à entrega final, em condições de funcionamento, compreendendo a etapa 2 (Foyer da Sala Villa-Lobos, Espaço Cultural Dercy Gonçalves e Sala Alberto Nepomuceno) e a etapa 3 (Sala VillaLobos), das obras de reforma com restauro Teatro Nacional Claudio Santoro (TNCS), situado na Via N2 do Eixo Monumental, Setor Cultural Norte, Asa Norte, Plano Piloto/DF

1. DA INTRODUÇÃO

- 1.1. O Procedimento Licitatório Presencial nº 008/2024 - NLC/PRES teve seu edital publicado em 18 de dezembro de 2024, com a abertura do certame prevista para 28 de fevereiro de 2025, às 9 horas.
- 1.2. Foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento, conforme Doc. SEI/GDF nº 161118206.

2. DA TEMPESTIVIDADE

- 2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

- 3.1. As razões apresentadas pela empresa interessada incluem as indagações a seguir, que foram respondidas pela área técnica por meio do Despacho nº 161826714, assim como pelo parecer jurídico solicitado, que corrobora a resposta ao pedido de esclarecimento nº 163271300.

Questionamento	Resposta
<p>1/1 - No Acórdão nº 2.444/2012-Plenário, o Tribunal de Contas da União entendeu ser lícita a comprovação de capacidade técnica através de atestado emitido em nome de empresa do mesmo grupo econômico da licitante, especialmente se a licitante for uma subsidiária integral da detentora do atestado. Foi consignado que “Note-se que não se tratam apenas de empresas integrantes de um mesmo grupo empresarial, mas de uma empresa holding e sua subsidiária integral. Há que se reconhecer que uma subsidiária integral, apesar de constituir nova pessoa jurídica, atua como uma longa manus da controladora. Nesse ponto, esclarece-se, por oportuno, que a subsidiária integral constitui uma forma de participação societária em que é criada uma sociedade unipessoal. [...] Veja-se, então, que a figura da ‘subsidiária integral’ é tratada pela literatura especializada como um ‘tipo de sociedade especial’. Na realidade, é a forma de organização onde mais tipicamente o poder de controle é absoluto exatamente pela ausência de conflitos, uma decorrência de sua característica de sociedade unipessoal. Nesse sentido, é lógico e razoável presumir-se que exista uma identidade entre as linhas mestras de gestão presentes na empresa controladora e na controlada. É de se esperar, portanto, que a subsidiária integral compartilhe dos mesmos valores, estilos de administração, formas de liderança, padrões de controle, níveis de motivação e comprometimento com o resultado presentes na controladora”. O entendimento foi posteriormente confirmado no Acórdão nº 4.936/2016-Segunda Câmara. O edital da presente licitação foi silente a respeito da utilização de atestados emitidos em nome de empresa do mesmo grupo econômico da licitante para fins de habilitação técnica/pontuação na proposta econômica. Desta forma, considerando que os editais devem ser interpretados a partir do princípio da ampliação da competitividade, e considerado o entendimento do TCU acima transcrito, entendemos que serão aceitos, para fins de habilitação/pontuação na proposta técnica, atestados emitidos em nome de empresa do mesmo grupo econômico da licitante. Nosso entendimento está correto?</p>	<p>Resposta da área técnica:</p> <p>Não serão aceitos, no presente certame, a utilização de atestados emitidos em nome de empresa do mesmo grupo econômico da licitante para fins de habilitação técnica/pontuação na proposta técnica.</p> <p>De acordo com o § 1º do Art. 275 da Instrução Normativa da RFB nº 2.110/2022, caracteriza-se grupo econômico quando uma ou mais empresas estiverem sob a direção, o controle ou a administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, e que, segundo o § 2º do citado artigo, não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.</p> <p>Em consonância com o Art. 265 da Lei 6.404/1976, a sociedade controladora e suas controladas podem constituir grupo de sociedades, mediante convenção, pela qual se obriguem a combinar recursos ou esforços para a realização dos respectivos objetos, ou a participar de atividades ou empreendimentos comuns, e, conforme § 1º do supramencionado artigo, a sociedade controladora, ou de comando do grupo, deve exercer, direta ou indiretamente, e de modo permanente, o controle das sociedades filiadas, como titular de direitos de sócio ou acionista, ou mediante acordo com outros sócios ou acionistas.</p> <p>Destaca-se que as relações entre as sociedades, a estrutura administrativa do grupo e a coordenação ou subordinação dos administradores das sociedades filiadas serão estabelecidas na convenção do grupo, mas cada sociedade conservará personalidade e patrimônios distintos, conforme previsto no Art. 266 da Lei 6.404/1976.</p> <p>Alerta-se ainda que, sob a égide do Art. 272 parágrafo único da Lei 6.404/1976, a representação das sociedades perante terceiros, salvo disposição expressa na convenção do grupo, arquivada no registro do comércio e publicada, caberá exclusivamente aos administradores de cada sociedade, de acordo com os respectivos estatutos ou contratos sociais.</p> <p>De acordo com o parágrafo único do Art. 58 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA, o atestado é a declaração fornecida pelo contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a</p>

prestação de serviço e identificação de seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos, as atividades técnicas executadas e a empresa contratada, e que conforme o Art. 65 da Resolução em comento, será devidamente efetivado por meio de sua vinculação à CAT, que especificará somente as ARTs a ele correspondentes, tendo em vista que, a CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

O questionamento da licitante consiste na possibilidade da "utilização de atestados emitidos em nome de empresa do mesmo grupo econômico da licitante para fins de habilitação técnica/pontuação na proposta econômica" no presente certame.

Conforme exposto no Acórdão nº 2.444/2012-Plenário, citado pela licitante, bem como entendimentos correlatos, a mera existência de contratos de repasse de acervos técnicos não seria suficiente para transferir, de forma efetiva, a capacidade técnico-operacional entre empresas, fazendo-se necessário, portanto, que a transferência de acervo técnico ocorra entre empresas fortemente vinculadas, **que não trate-se apenas de empresas integrantes de um mesmo grupo empresarial devendo demonstrar:**

I - Que a licitante comprove robusto vínculo com a empresa, de mesmo grupo econômico, que transferirá seu acervo técnico operacional, quer seja pela existência de sócios em comum, quer seja por uma empresa *holding* e sua subsidiária integral, por exemplo, desde que a incorporação de todas as ações do capital social ao patrimônio de outra companhia brasileira, para convertê-la em subsidiária integral, seja submetida à deliberação da assembléia-geral das duas companhias mediante protocolo e justificação, nos termos dos artigos 224 e 225 da Lei 6.404/1976, tendo em vista que, a mera existência de contratos de repasse de acervos técnicos não seria suficiente para transferir, de forma efetiva, a capacidade técnico-operacional entre empresas integrantes de um mesmo grupo empresarial.

II - Que a licitante comprove a transferência dos responsáveis técnicos juntamente com relevante parcela de patrimônio de cunho técnico (maquinário, sua estrutura administrativa e seus métodos organizacionais, por exemplo) da empresa que detenha o acervo técnico pretendido pela licitante, a fim de que reste comprovada a transferência de sua capacidade técnica operacional para esta licitante.

III - Que, para efetivar a transferência de acervo técnico operacional entre empresas de sócios em comum e/ou de mesmo

grupo econômico, reste evidenciado a execução dos serviços constantes nos atestados de acervo técnico da empresa que transferirá seu acervo técnico à licitante pretendente deste acervo.
(ACÓRDÃO Nº 2601/2024 – TCU – Plenário)

Adverte-se, todavia, que, na esteira do Art. 252 da Lei 6.404/1976, a incorporação de todas as ações do capital social ao patrimônio de outra companhia brasileira, para convertê-la em subsidiária integral, será submetida à deliberação da assembléia-geral das duas companhias mediante protocolo e justificação, nos termos dos artigos 224 e 225 da Lei em epígrafe.

Em que pese as questões relacionadas à utilização de atestados emitidos em nome de empresa do mesmo grupo econômico, para fins de habilitação técnica ou pontuação na proposta econômica, não estejam expressamente previstas na legislação, prevalece o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 673/2020, ao qual nos filiamos:

Não deve prosperar o argumento de que a Mil Print ingressou em negócio que já vinha sendo executado pela Saesa do Brasil Ltda., do mesmo grupo empresarial, e que os atestados relativos a serviços e aquisições efetuadas por esta tenham sido replicados para aquela.

O atestado tem por objetivo garantir a capacidade de execução da empresa que o possui, uma vez comprovado sucesso em empreitada similar. Não é cabível que determinada empresa se apodere da experiência de outra e apresente como sua aquela comprovada capacidade. (Grigo nosso).

Validação do Departamento Jurídico Consultivo:

[...]

À vista do exposto, conforme entendimento supracitado, não é possível afirmar que os serviços prestados por uma empresa do mesmo grupo econômico possam garantir a qualificação de outra empresa que nunca prestou o serviço licitado, apenas pelo fato de serem do mesmo grupo.

Nesse sentido, os atestados para fins de habilitação e pontuação na proposta técnica deve ser emitidos em nome da empresa que está participando do certame, não podendo ser aceito atestados que comprove a execução

de atividades de outra empresa, ainda que do mesmo grupo econômico.

[...]

3.2. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Sendo estas as informações, consideramos atendido o pedido de esclarecimento.

4.2. A presente resposta ao pedido de esclarecimento ficará disponível e será divulgada no seguinte endereço eletrônico: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 17/02/2025, às 11:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **162932521** código CRC= **0B3C6732**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br